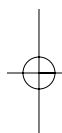
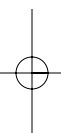


Apostar na família, construir o futuro.

“A Família é a unidade fundamental da sociedade e tem a principal responsabilidade pela protecção, crescimento e desenvolvimento das crianças.” ONU - “Um mundo para as crianças é um mundo para a Família.” UNICEF

FAMÍLIAS NUMEROSAS A ESPERANÇA DE FUTURO



ÍNDICE

Editorial	2	Convocatória da Assembleia Geral da APFN	6
Família O'Neill tem a palavra.....	2	Economia Familiar	7
Professor Jorge Miranda	3	APFN no Parlamento	8
Trabalho do OAFR	4	IV Congresso da Catalunha e Reunião da ELFAC	8
Pedro Afonso	5		



EDITORIAL

O ano começa mal... No cumprimento de uma agenda fortemente anti-família e anti-natalista, governo e parlamento aprovaram a lei do casamento entre pessoas do mesmo sexo, depois de terem liberalizado o aborto e o divórcio. Para disfarçar, volta e meia têm lançado “medidas de incentivo à natalidade”, totalmente despropositadas, como se pode observar pelos resultados: a taxa de natalidade, sob esta política suicida, a atingir sucessivos mínimos absolutos. Igualmente mau, o ambiente económico é cada vez pior: vários especialistas estrangeiros vêm Portugal em “morte lenta”, com um futuro bem negro, como a APFN tem vindo a alertar há anos.

Que fazer? O que fazemos e temos feito!

Isto é, temos que viver e, para viver, há que lutar! Não dependemos nem de governo nem de

parlamento!

Por isso, vamos continuar a celebrar acordos com cada vez mais empresas, a fim de tornar menos difícil a vida das famílias numerosas, alvo principal da suicida política anti-natalista, razão pela qual é o grupo populacional com maior incidência de pobreza.

Estamos, também, a reorganizar as delegações em todos os distritos e regiões autónomas, para o que contamos com a disponibilidade dos sócios que queiram colaborar. Essa actividade é indispensável para o envolvimento do poder local de onde se tem obtido uma resposta totalmente oposta à obtida pelo poder central.

Vamos a isto! Temos razões bem fortes, baseados na experiência, de que conseguiremos atingir os nossos objectivos, assim estejamos dispostos a continuar a trabalhar por um futuro menos tristonho para os nossos filhos e netos!

O Presidente, Fernando Ribeiro e Castro

FAMÍLIA O'NEILL TEM A PALAVRA

É com muito orgulho e admiração que comunicamos aos nossos associados que a nossa sócia Dulce O'Neill obteve, no passado dia 16 de Outubro, o segundo lugar de **MIDDLE Management** no concurso nacional da **Pessoa Mais Motivadora de Portugal**. Esta distinção foi atribuída na sua qualidade de **mãe de família**.

Este concurso que pretendia responder à pergunta: “Quem é a pessoa mais motivadora de Portugal?” teve a sua primeira edição

em 2009 e premiava as seguintes categorias: **TOP Management** - Motivador de empresa – nível da administração ou direcção geral da empresa e **MIDDLE Management** - Motivador de equipa (cargos de direcção financeira, recursos humanos, produção, comercial, marketing, entre outros). Mais informações em <http://www.motivacao.com>

Nas palavras do seu orgulhoso marido foi uma ocasião para **“afirmar a natalidade como motivo de orgulho laboral, e não como impedimento ao sucesso”**.



Reduzir o casamento à finalidade de procriação, como alguns sustentam, não se afigura correcto.

Simplesmente, apenas o casamento de pessoas de sexos diferentes comporta a potencialidade de procriação, com tudo quanto isto envolve de direitos e deveres em relação aos filhos e à função de assegurar a subsistência (quer biológica, quer no plano da sustentabilidade da segurança social) e a renovação da comunidade. Não por acaso a Constituição qualifica a maternidade e a paternidade como “valores sociais eminentes” (art. 68.º, n.º 2).

Não admitir o casamento de dois homens ou de duas mulheres não viola o princípio da igualdade. O que o infringiria seria, sim, admiti-lo, por colocar em paridade realidade inconfundíveis.

4. A Lei Fundamental distingue o direito de constituir família e o direito de casar (art. 36.º, n.º1) e hoje aparece à vista desarmada a pluralidade de formações familiares, designadamente, as uniões de facto, tantoas de

TRABALHO DO OAFR

No seguimento da entrega de bandeiras verdes às Autarquias consideradas mais familiarmente responsáveis no passado mês de Julho, e após o rescaldo das eleições legislativas de Outubro, o observatório continua a fazer esforços no sentido de incentivar a que mais

Autarquias adotem medidas de apoio às famílias.

Neste sentido, foi solicitada a todas as autarquias da região de Lisboa uma audiência, de forma a apresentar o trabalho desenvolvido pelo Observatório e alertar para a importância da divulgação das melhores práticas a nível de política familiar, para incentivar cada vez mais autarquias a fazer melhor.

As autarquias que demonstraram interesse em receber-nos foram a Câmara Municipal de Torres Vedras, a Câmara Municipal de Cascais, a Câmara Municipal de Sintra, a Câmara Municipal de Odivelas, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, a Câmara Municipal de Loures e a Câmara Municipal de Mafra.

A agenda foi a seguinte:

A 9 de Novembro pelas 15 horas fomos recebidos na Câmara Municipal de Torres Vedras, pela Vereadora da Acção Social e Cultural, Dr.ª Ana Umbelino.



A 10 de Novembro pelas 12.30h foi a reunião na Câmara Municipal de Cascais, com a Vereadora da Habitação e Acção Social – Dr.ª Mariana Ribeiro Ferreira Costa Cabral e a sua equipa.



A 12 de Novembro pelas 16.30h foi a vez da Câmara Municipal da Amadora, representada pela Vereadora da Acção Social, Dr.ª Carla Fernandes.



Câmara Municipal
da Amadora

A 16 de Novembro pelas 16h fomos recebidos na Câmara Municipal de Sintra, pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Fernando Seara.



OBSERVATÓRIO DAS AUTARQUIAS
FAMILIARMENTE RESPONSÁVEIS

A 10 de Dezembro pelas 16 horas estivemos na Câmara Municipal de Odivelas e fomos recebidos pela Vereadora da Educação, Acção Social e Juventude, Dr.ª Maria Fernanda Franchi e pela Assessora da Presidência, Dr.ª Susana Guerreiro.



A 21 de Dezembro pelas 15h foi a vez da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e do Vereador da Qualidade, Administração Geral, Apoio ao Movimento Associativo, Qualidade Ambiental, Educação e Juventude, Dr. Fernando Paulo Ferreira.



De um modo geral, todas as autarquias demonstraram preocupação em dar resposta às dificuldades sentidas pelas famílias residentes, tendo-nos sido apresentadas algumas medidas de apoio às famílias que estão a ser adoptadas.

Da parte das autarquias que não responderam ao Inquérito do Observatório em 2009, ficou o compromisso de ser desenvolvido um esforço adicional para que em 2010 o mesmo seja preenchido. Relativamente à Tarifa Familiar da Água, foi reforçada a necessidade da sua adopção nos municípios onde esta ainda não existe e ficou o compromisso de revisão dos critérios orientadores de algumas tarifas já implementadas.

Finalmente, foram lançados dois desafios às autarquias. O primeiro foi o da criação de um cartão de Família Numerosa, à semelhança do que já acontece em alguns municípios. E o segundo desafio, foi o de pressionarem o Governo para que seja dado às autarquias poder discriminatório na aplicação das taxas do IMI, de forma a que seja criado um sistema de aplicação que tenha em conta a dimensão do agregado familiar.

Continuaremos a visitar e a desafiar as autarquias esperando assim em 2010 entregar muito mais bandeiras verdes de Autarquias +Familiarmente Responsáveis!

Para isso, é indispensável a colaboração de todos os sócios: basta enviarem vários emails, uma vez por mês, para o Presidente, Vice-Presidente, Vereador do pelouro social do seu município, a perguntar quando é que será "Autarquia Familiarmente Responsável", para além de lhe reenviarem todos os comunicados que formos fazendo sobre o assunto: (Muita) água em mole pedra dura...

Isabel Paula Santos



OFERTA APFN
2.000,00€
de desconto por cada filho,
em T3, T4 e T5,
com ou sem terraço.
FACILIDADE EXCLUSIVA

Junto ao Cais do Seixal | Coordenadas GPS: Latitude 38°64'37,66"N | Longitude 9°09'67,12"W

www.quintadatrindade.com

808 202 635

PROTOCOLO FAMÍLIAS NUMEROSAS GRANDE OPORTUNIDADE PARA AS GRANDES FAMÍLIAS



Fantásticos Terraços com vista sobre o Tejo e Lisboa em pleno Mar da Palha.



Luxuosos Condomínios Privados com Jardim e Equipamento Infantil privativos.

UM MIRADOURO SOBRE O TEJO T1 A T5 A 16 MINUTOS DA BAIXA

Descubra estes fantásticos **Condomínios Privados** de apartamentos de **arquitectura contemporânea** localizados frente ao rio, no Seixal, com Lisboa no horizonte, junto ao Centro de Estágio do Benfica. **Beneficie desta óptima oportunidade para viver numa casa com qualidade acima da média, a preços aliciantes, num lugar excepcional.**



QUINTA DA TRINDADE
CONDOMÍNIOS PRIVADOS

Visite o Andar Modelo

A Grande Birra

Em breve iremos assistir, no nosso país, a um conflito explosivo entre o Governo e uma parte da sociedade. De um lado a necessidade do Governo aprovar um orçamento de austeridade que contrarie o crescente défice público - aumentando provavelmente os impostos e reduzindo a despesa pública -, o que irá obrigar a novos sacrifícios. Do outro lado temos uma parte da população que, nos últimos anos, se habituou a consumir facilmente, vivendo na ilusão de que a riqueza não provém do esforço e do trabalho. Este conflito não surge por acaso, uma vez que se criou a fantasia de que o bem-estar e a felicidade, em lugar de serem procurados pelo indivíduo, deveriam ser reivindicados ao Estado; tratando-se de um direito. Dito de outro modo, a sociedade infantilizou-se e o Estado assumiu um papel paternalista de quem tudo se espera.

Há mais de trinta anos que o conteúdo do discurso político fala quase exclusivamente em direitos, olvidando os deveres. Ao longo do tempo criou-se, no inconsciente colectivo, a ideia errada de que qualquer frustração do indivíduo se devia a um direito que ainda não estava conquistado, e a solução libertadora residia em reivindicá-lo. Confunde-se, pois, direitos com aspirações. E, mesmo que sejam dadas todas as oportunidades, se porventura houver alguém que não alcance uma aspiração, isso raramente é atribuído a um fracasso pessoal, mas a uma discriminação, mesmo que muitas vezes nem sequer tenha havido qualquer esforço para se obter sucesso.

O profundo desequilíbrio que se criou entre direitos e deveres é uma das causas do nosso atraso e da falta de competitividade. Porém, raramente se ouve no discurso político o elogio do dever: o dever de valorizar o trabalho, ser justo, solidário, cumpridor, honesto, responsável, etc. Estas são virtudes associadas a uma visão do mundo antiquada, ultrapassada e opressora do homem. Mas, ao contrário do que se pensa, estes são os alicerces de uma sociedade madura, responsável e que se projecta não apenas no presente, mas também no futuro.

O paternalismo patológico, por parte do Estado, é inimigo da solidariedade, tornando as pessoas excessivamente autocentradas, preocupando-se mais em exigir o que merecem do que com o que podem oferecer aos outros. Somos confrontados com uma camada social cada vez mais infantilizada, dependente de subsídios do Estado, incapaz de se bastar a si própria e de criar riqueza que possa ser partilhada com os outros. Em vez de se incitar a ambição positiva e autonomia, fomenta-se a miséria e a regressão a um estado de dependência.

A nossa sociedade não tem vindo a ser preparada para os sacrifícios que a presente crise económica irá obrigar. Pelo contrário, foi iludida com um consumismo desenfreado, sustentado por um crédito abundante que agora acabou. Com isto disseminou-se uma síndrome de baixa tolerância à frustração, surgindo a percepção de que tudo se poderia alcançar de forma fácil e instantânea.

Diante da nossa actual realidade económica e social, é fundamental que haja coragem política para se explicar ao povo que a riqueza, a justiça e o progresso não podem ser alcançados apenas com o esforço de alguns. Todos devem participar nesse projecto; todos temos a obrigação e o dever de lutar para que Portugal se torne num país mais rico e desenvolvido. Não obstante este facto, alguém terá de reverter esta hipnose colectiva. Alguém terá de explicar que tudo foi uma fantasia; tudo foi um engano. Chegou a altura de abandonar o discurso, alicerçado na esperança pueril, de que tudo irá melhorar. É tempo de fazer sacrifícios. Mas, se a sociedade foi infantilizada, isso não se aceita facilmente sem que haja uma grande birra.

**PEDRO
AFONSO
(Psiquiatra)**



ASSEMBLEIA GERAL CONVOCATÓRIA

Nos termos estatutários é convocada uma Assembleia-Geral da APFN para reunir na Rua José Calheiros, 15, Lisboa, no dia 5 de Março de 2010, pelas 21 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Discussão e aprovação do Relatório e Contas do ano de 2009
2. Diversos

A Assembleia-Geral reunirá de novo às 21h30 do mesmo dia e ano, no mesmo local, com o número de sócios presentes, se para a primeira convocatória não houver o respectivo quórum.

A proposta de alteração dos estatutos estará disponível no site da APFN.

Lisboa, 12 de Dezembro de 2009

O Presidente da Assembleia-Geral



Luis Casal Ribeiro Cabral

COMPRAR COM CRITÉRIO

Nesta nossa desprezível crónica onde abordamos temas de economia familiar, falámos já do orçamento familiar e da importância de o elaborar. Sugerimos então, a consideração de “classes de despesa”, catorze itens, onde se poderiam agrupar as diversas despesas da Família. Na crónica de hoje, convidamo-vos a pensar um pouco nas despesas de alimentação e de higiene. Como otimizar as compras nesta tão importante rubrica? Será possível obter aqui algumas poupanças?

Será de assinalar, em primeiro lugar, quão relevante é a alimentação na saúde e no bem-estar, individual e colectivo, da família. As refeições permitem que toda a família se junte e deverão ser uma ocasião de agradável convívio. Neste capítulo, uma boa dona de casa, ou algum manual da especialidade, poderão ensinar excelentes receitas de como encher o olho e satisfazer o apetite, poupando dinheiro, contudo, tal não deverá ser a qualquer preço!

Em primeiro lugar, é preciso planear as refeições e as compras. Não é a nossa área, mas já agora, convém não esquecer a importância de fazer refeições leves e nutritivas, que alimentem sem engordar... para evitar posteriores despesas com dietas e fármacos para emagrecer!

As compras não deverão ser em grandes quantidades, que favorecem um consumo excessivo e facilitam que alguns produtos se estraguem (i.e. frutas e legumes), nem demasiado pequenas, implicando perdas de tempo com deslocações frequentes às lojas. Compras quinzenais, de três em três semanas, ou mesmo mensais, serão uma boa opção na maioria dos artigos. Imprescindível mesmo, é a elaboração prévia de uma lista de compras, com o que realmente é necessário e nas quantidades adequadas, uma lista feita com calma, que se deve aperfeiçoar com base na experiência.

Na selecção dos produtos importa “fazer o trabalho de casa”, comparar os conjuntos qualidade/quantidade/preço, e trocar algumas opiniões com amigos e conhecidos. Haverá que estar atento a oportunidades de ocasião, (compre dois e leve três...), embora as promoções – tão apetecíveis, ali mesmo diante dos nossos olhos! - nem sempre sejam a melhor compra e possam ser até enganadoras. Nos supermercados, as melhores opções, muitas vezes, estão em prateleiras menos visíveis, podem ser “marcas brancas”, quase da mesma qualidade dos produtos de marca, mas com um preço inferior. Também não devemos

esquecer que produtos saudáveis, alternativos, e mais baratos, permitem fazer, com alguma imaginação, excelentes refeições.

Comprando periodicamente, em razoáveis quantidades, justifica-se investir nos “custos de deslocação” (transporte e tempo) e aumentar o “raio de acção” da procura de lojas com preços mais favoráveis. Também convém não esquecer os cartões de fidelização, e as próprias facilidades, que a APFN já conseguiu neste campo!

Quando fizer compras leve os seus filhos mais velhos, ou por escala, algum deles. Trata-se de um trabalho comunitário, onde poderá exercer alguma pedagogia. Importa que os nossos filhos saibam os custos reais das coisas, a necessidade de fazer escolhas e sacrifícios, e aprender a comprar.

Em casa, com sugestões de toda a família, planeie as ementas, que deverão ser variadas e agradar, tanto quanto possível, a todos. Ao fim-de-semana, com ajuda de toda a família, poderá pré-cozinhar e congelar em caixas etiquetadas para melhor identificação, várias refeições, para toda a semana. As sobras, naturalmente, deverão ser aproveitadas, até porque não temos o direito de deitar fora comida, quando há tanta gente a passar fome... as nossas avós eram especialistas nisso (“roupa velha”, empadões, pudins, fatias recheadas, ainda sabem o que isso é??? talvez seja de lhes perguntar ...).

No trabalho, evite almoçar sempre em restaurantes, e nestes há uns mais caros, outros mais baratos; aliás, é bom não esquecer que as entradas, os vinhos, refrigerantes e sobremesas encarecem bastante...enquanto que uma boa sopa é sempre um excelente “forro” para o estômago e a oportunidade de comer legumes! Se, de vez em quando, trazer um iogurte e uma ou duas peças de fruta, mais uma sanduíche de atum, ou de um resto de carne assada, ou rolo de carne, poupa tempo, dinheiro e ingere menos calorias... só vantagens! Contudo, aceita-se, é também importante almoçar de vez em quando com os colegas, para socializar.

Muito agradecemos que partilhassem connosco as vossas “boas-práticas” de gestão doméstica. Transmitam-nas, por favor, bem como outros comentários e sugestões, através do e-mail fonsecas@netcabo.pt

A.F.

ECONOMIA FAMILIAR

Entre Novembro de 2009 e Janeiro de 2010 a APFN foi recebida por todos os grupos parlamentares para apresentação das nossas propostas de política de família nacionais. Foi, nomeadamente, entregue o nosso Caderno 15 e uma lista dos nossos desafios para esta legislatura que a seguir se enunciam, bem como a sua explicitação e fundamentação:

- 1 – Em sede de IRS, substituir a actual dedução forfetária para sujeitos passivos e dependentes por uma dedução ao rendimento de 3600 EUR por pessoa, no mínimo a partir do 3º filho
- 2 – Em sede de IRS, substituir o “Coeficiente conjugal” por “Coeficiente familiar”
- 3 – Reduzir o IVA para todos os artigos de primeira necessidade para a criança
- 4 – Alargar a redução do IA às famílias com três ou mais filhos
- 5 – Aprovar o Projecto de Lei 670/X “Alteração do Código de Imposto Municipal sobre Imóveis, permitindo aos municípios a opção de redução de taxa a aplicar em cada ano, atendendo ao número de membros do agregado familiar”
- 6 – Alterar o rendimento de referência para o cálculo dos escalões do abono de família pelo rendimento per capita
- 7 – Universalizar o abono de família, começando a partir do terceiro filho
- 8 – Alterar o factor de sustentabilidade no cálculo das pensões de reforma para a idade média da população
- 9 – Valorizar a parentalidade no cálculo das pensões de reforma
- 10 – Permitir a reutilização de todos os manuais escolares

APFN NO
PARLAMENTO

Na ocasião, mais uma vez, chamámos a atenção para a forte penalização que as famílias com filhos sofrem no nosso país e para o facto de essa situação não permitir que nasça o número desejado de filhos. Nas palavras do Presidente da APFN: *“Não restam dúvidas de que a sustentabilidade demográfica é o Desafio, de médio e longo prazo, a fim de minimizar os efeitos do rigoroso Inverno Demográfico em que Portugal tem vindo a mergulhar”*. Esta situação está a arrastar o país para uma forte insustentabilidade que se manifesta já hoje e que ainda se acentuará mais fortemente num futuro muito próximo, mais ou menos rigorosamente, consoante se tomem ou não imediata e convictamente as medidas necessárias para inverter esta tendência.

IV CONGRESSO DA CATALUNHA E REUNIÃO DA ELFAC

Realizou-se no passado dia 29 de Novembro o IV Congresso das Famílias Numerosas da Catalunha, com a participação de várias famílias dessa província espanhola.

Aproveitando-se a oportunidade, reuniu-se a direcção da ELFAC - Confederação Europeia das Famílias Numerosas a fim de analisar o progresso dos projectos em curso e agendar as próximas acções.

